



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 3 - 2017/2021

Data da Sessão: 20 de Dezembro de 2017

Início da sessão: 16:00 horas

Términus da Sessão: 20:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Baptista de Matos Marques José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Pedro Manuel Marques Jana, José Manuel Serra Ferreira, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Manuel Augusto da Silva Vacas, João de Matos Filipe, José Maia Marques, António Cardoso Lopes, António Vicente Alves Reis, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, João Paulo Matos Bragança, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luis de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Carla Isabel da Silva Loureiro e Luis Filipe Aparício Lopes

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 3 - 2017/2021
20 de Dezembro de 2017**

-----INICIO-----

---- Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, pelas dezasseis horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Concelho de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**
- 2) **Discussão e votação de proposta sobre Comissão Municipal para o Rio Tejo.**
- 3) **Discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental relativa ao ano de 2017.**
- 4) **Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2018.**
- 5) **Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2018.**
- 6) **Discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas e Mapa correspondente.**

Nesta sessão faltou a vogal Carla Isabel da Silva Loureiro, que justificou a sua falta em devido tempo tendo o mesmo sido substituído pelo vogal José Maia Marques, após ter sido devidamente instalado pelo Sr. Presidente da Mesa.

Faltou também o vogal Luis Filipe Aparício Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa, que se fez representar pelo vogal João Paulo Matos Bragança.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos lendo, aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa. Continuou, colocando à discussão a acta nº 1 - 2017/2021, referente à sessão extraordinária de quinze de Novembro de 2017 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com uma abstenção.

--- O vogal João de Matos Filipe intervém referindo que a bancada do Partido Socialista teve conhecimento, ontem, que foi intentada uma acção judicial contra o Arlindo

Consolado Marques, pela empresa Celtejo, pelas denúncias de poluição do Rio Tejo, que o mesmo tem divulgado nas redes sociais. Considera que o Arlindo necessita do apoio de todos aqueles que sabem que o Rio Tejo tem sido muito maltratado, como inclusive no aspeto financeiro, para conseguir suportar os custos da sua defesa. Termina referindo que a bancada do Partido Socialista considera que seria de extrema importância aprovar uma moção de apoio ao Arlindo para que o mesmo sinta, desde já, que não está só. Considera que o conhecimento que o Arlindo deu do problema do Tejo nas redes sociais foi de extrema importância pois, de outra forma, muitas pessoas não teriam conhecimento deste grave problema e merece o nosso apoio, para além do apoio financeiro, desde já o apoio afetivo de todos nós pelo seu empenho nesta causa.

--- O vogal Duarte Marques intervém referindo que, relativamente a este assunto, considera que o Arlindo tem sido incansável para que os problemas do Tejo não sejam esquecidos e considera que esta Assembleia se deve solidarizar com o Arlindo. Mais refere que o problema da poluição do Rio Tejo não está resolvido, já esteve melhor, está de novo pior. Sugere que a Câmara verifique se há cabimento legal para poder ajudar financeiramente a defesa do Arlindo. Termina informando que já se ofereceu para ser testemunha abonatória do Arlindo, considera que seria positivo se os membros desta Assembleia também o fizessem, de forma a que o mesmo se sinta apoiado pela Assembleia e pela Câmara pois isso seria muito importante em tribunal.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém referindo que não conhece o Arlindo mas tem conhecimento do que o mesmo coloca nas redes sociais sobre este problema do Rio Tejo, considera que ele tem sido um dos grandes defensores do rio e por isso considera importante a Moção de solidariedade e se possível dar-lhe algum apoio financeiro se ele precisar do mesmo.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que considera esta questão muito pertinente e considera que o problema do Rio Tejo é um problema de todos nós, não é um problema do Arlindo, o Tejo é uma mais valia para o nosso concelho e muitas pessoas dependem dele. O Arlindo tem sido o porta voz de um sentimento coletivo, tem dado um cunho muito marcante a toda a inquietação de todos nós. Considera que a Moção deve mostrar que o que o Arlindo fez foi verbalizar e mostrar o sentimento de todos nós e deve ser um documento de ambas as bancadas, da Assembleia Municipal de Mação.

--- Foi unanimemente aceite que se elabore uma Moção, por dois membros de ambas as bancadas, no sentido de que a mesma expresse que a causa do Arlindo é a causa de todos nós, é a causa do Concelho de Mação.

Assim, foi elaborada a seguinte Moção que foi entregue ao Sr. Presidente da Mesa:

Moção “Arlindo Marques atuou como porta-voz de Mação”

“A Assembleia Municipal de Mação, tendo tido conhecimento de uma ação interposta pela empresa CELTEJO ao munícipe Arlindo Consolado Marques, pelas denúncias que o mesmo tem feito e divulgado através das redes sociais sobre a poluição do rio Tejo.

Esta Assembleia Municipal solidariza-se com o Arlindo Consolado Marques, verdadeiro guardião do rio Tejo, que tem atuado como legítimo porta-voz da população do concelho de Mação e de todos aqueles que se preocupam com o rio Tejo.

Sugere-se ainda que sejam encontrados todos os mecanismos legais, públicos e privados, que possam apoiar materialmente a defesa do cidadão Arlindo Consolado Marques.

Os membros desta Assembleia Municipal consideram que uma ação contra Arlindo Consolado Marques é uma ação contra todos os cidadãos de Mação.

Deste modo a autarquia de Mação deve fazer tudo o que está ao seu alcance para defender aquele que mais se tem empenhado em nome de todos nós.

Esta Assembleia Municipal lembra também que, na sequência de toda a polémica em torno da poluição do rio Tejo, a empresa em questão decidiu antecipar o investimento na valorização ambiental da unidade industrial localizada em Vila Velha de Rodão para reduzir os impactos ambientais da sua atividade produtiva.”

---A admissão da proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e colocada à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

---O Sr. Presidente da Mesa informou que recebeu da bancada do Partido Social Democrata a seguinte proposta:

“A Assembleia Municipal de Mação, reunida no dia 20 de dezembro de 2017 considera que o concelho de Mação, as suas gentes, instituições públicas e privadas, do sector empresarial e social, estão a ser injustamente discriminadas pelo Governo da República no que diz respeito aos apoios concedidos para a recuperação pós incêndios, face aos apoios dados a outras regiões com problemas semelhantes.

A enorme discricionariedade, a falta de equidade por parte de quem deveria ter a obrigação de fazer cumprir este princípio, tem estado sempre presente na tomada de decisão dos órgãos do Estado Central.

Recordamos que, entre julho e agosto arderam 28.000 hectares de floresta no nosso concelho, foram destruídas mais de 20 casas, bem como um conjunto imenso de outros prejuízos.

Durante o verão de 2017, arderam em Portugal 480.000 hectares do território português, mas quem prestar atenção às ajudas e apoios ficará com a sensação que só aconteceram incêndios em Pedrogão e em 15/10/2017. Como todos sabemos, entre estas duas tragédias arderam mais 250.000 hectares, dos quais 28.000 hectares arderam no nosso concelho.

Mação é o terceiro concelho do País com mais área ardida em 2017, mas pelos vistos tem sido abandonado. O poder político esqueceu-se de Mação. O poder mediático esqueceu esta realidade que tantas horas de comunicação ajudou a construir.

Esta Assembleia reconhece o apoio pessoal e a solidariedade de Sua Excelência o Presidente da República, mas também do então Secretário de Estado da Administração Interna. Após as tragédias que aqui ocorreram, todos os Deputados, os diferentes Partidos Políticos e governantes manifestaram a sua solidariedade com as gentes do concelho de Mação. As promessas existiram e todos as testemunhámos, o concelho teria todas as ajudas dadas a outras regiões na mesma situação, Mação seria ajudado na reconstrução, na reposição do capital produtivo, no reordenamento da floresta e do seu território.

Hoje sabemos que não foi bem assim. Mação, as suas gentes as suas empresas e as suas instituições não estão a merecer o mesmo tratamento que outros concelhos na mesma situação.

Esta Assembleia considera que tem havido por parte do Governo e das restantes autoridades públicas uma discricionariedade inadmissível na gestão deste processo, nomeadamente no que concerne ao apoio que tem sido concedido às pessoas, empresas, municípios.

(... falta texto)"

---A admissão da proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

--- O vogal Duarte Marques intervém, referindo que deu conhecimento desta Moção ao vogal João Filipe da bancada do Partido Socialista antes do início desta sessão e que a mesma só faz sentido se for aprovada por unanimidade. Mais refere que esta Moção é de repúdio e pedido de ajuda ao Governo no sentido de terminar com a discriminação que está a acontecer em relação ao nosso concelho face a outros concelhos do País,

nomeadamente Pedrogão e os concelhos afetados com os incêndios de 15 de Outubro. Continua referindo que, quando aconteceu o incêndio em Pedrogão todos canalizámos todos os nossos esforços para ajudar aquelas pessoas e aquele território e todos pedimos ao Governo que ajudasse aquelas pessoas. Em julho fomos surpreendidos por um grande incêndio florestal, uma tragédia que teve as falhas no combate que todos sabemos e que se verificaram nas fitas do tempo do fogo de Mação que a Sr^a Ministra da Administração Interna, de forma séria, nos disponibilizou e nas quais se provou aquilo que o Sr. Presidente da Câmara sempre disse, foram retirados bombeiros do nosso concelho para outros concelhos. Assim, sabemos que houve uma falha grave na Proteção Civil Nacional, que houve dolo e incompetência de um Comandante Nacional e que a Comissão Parlamentar independente que foi avaliar a preparação do ano no combate aos incêndios já veio criticar a forma como a Proteção Civil falhou. Podemos por isso dizer que as pessoas de Mação também precisam de ser ajudadas. O que se passou em agosto em Mação foi igual com a mesma consternação e para o que se passou em outubro nos distritos de Leiria, Coimbra e Viseu, o Governo, e bem, aprovou um conjunto de medidas extraordinárias de apoio para estes concelhos. Ou seja, foram aprovadas ajudas excecionais somente para Pedrogão e para os concelhos atingidos no incêndio de Outubro, ficando Mação sem esses apoios pois os apoios do Governo têm a ver com o local e com a data o que considera injusto e porventura mesmo inconstitucional. Considera que é tempo de começar a falar todos em conjunto e a censurar o que se está a passar pois já se percebeu que as Câmaras são tratadas de forma diferente conforme tenha ou não morrido gente nos incêndios e não pela necessidade das pessoas. O que está a acontecer em Mação é uma injustiça sem precedentes, pois está a ser tratado de forma diferente a outros concelhos e esta Moção é para exigir tratamento igual ou semelhante aos outros concelhos pois a nossa população também necessita desse apoio.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que está de acordo com o conteúdo da Moção, e felizmente não tivemos vítimas mortais nos incêndios de julho e agosto. Considera que a comunicação social também nos esqueceu pois durante os incêndios estiveram sempre cá, andaram por todo o lado, foi dado apoio mas como não houve o impacto das vítimas mortais esqueceram este território. Refere que a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente esta Moção pois concorda com o seu conteúdo e com a necessidade deste assunto voltar a estar na ordem do dia.

---O vogal José Fernando Martins intervém referindo que, devido à sua atividade como Presidente da União de Freguesias, no seu contacto com a população, todos os dias é confrontado com questões relacionadas com este problema e refere que subscreve inteiramente o conteúdo da Moção apresentada pois é muito injusto o que está a ser feito com o concelho de Mação e com as suas gentes e já o denunciou também no jornal Voz da Minha Terra.

---O vogal João Filipe refere que está de acordo com o conteúdo da Moção. Mais refere que, na sua opinião, poder-se-ia ir um pouco mais longe, no concelho de Mação existem várias cooperativas agrícolas e outras associações ligadas ao meio rural que poderiam ser chamadas até nós, como sociedade civil e através do executivo poderiam criar uma comissão e ser o rosto dos lesados e da sociedade civil com a Câmara e pressionarem os organismos governamentais de forma a olharem para Mação como têm olhado para outros concelhos que estão a apoiar.

---O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a Moção apresentada pela bancada do Partido Social Democrata, que foi aprovada por unanimidade.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que ontem mesmo remeteu ao Senhor Presidente da República uma carta extensa relativamente a este assunto da Moção que a Assembleia acabou de aprovar. Mais informa que já há algum tempo tinha pensado fazê-lo, tendo em conta o desenrolar das circunstâncias que têm aqui acontecido, algo de facto que lhe parece inadmissível sobre qualquer ponto de vista.

Mais refere que aquilo que aqui foi dito relativamente às associações faz algum sentido e sem prejuízo pelo que já foi feito pela Acripinhal, pela Melbandos e pela AmarMação, com cartas que foram dirigidas por essas associações a membros do Governo, é notório que, quer para as vítimas dos incêndios de Pedrogão, quer para os incêndios de 15 de outubro, as associações criadas nesse âmbito têm tido muita força e têm contribuído para que as coisas tenham um cunho menos institucional e mais da sociedade civil, e os partidos e os governantes são muito sensíveis a essas questões.

Mais informa que teve uma intervenção no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde falou sobre este assunto e, de facto, despoletou algumas reações e há aqui algumas questões que lhe parecem de algum melindre pois é de duvidosa constitucionalidade algumas medidas que estão a ser tomadas, porque é que são para uns e não são para outros. Refere que os critérios para os apoios que estão a ser disponibilizados não são claros e objetivos pois ninguém avaliou os prejuízos, que tipo de pessoas estão a ser ajudadas, se são pequenos ou grandes agricultores, se têm

muitos animais ou não, resumindo-se tudo a um local e uma data, ou seja, incêndios de Pedrogão e incêndios de 15 de Outubro e outros que tiveram incêndios numa outra data e num outro local não têm direito a grande parte dos apoios. Refere ainda que já questionou vários membros do Governo sobre estes critérios e ninguém consegue responder porque é que isto é assim, ninguém consegue entender porque é que é assim, naquele local e naquela data têm apoios, os outros, independentemente da área ardida, não têm apoios. Refere que esta não é uma questão política, é a forma como reagiram ao que aconteceu e a forma como estão a distribuir os apoios, que não podem esquecer que são dinheiros públicos. Considera que este tipo de situações têm de continuar a ser denunciadas e que efetivamente a comunicação social não nos tem ajudado e cria-se uma moda de só se falar em algumas localidades e isso é muito difícil de contrariar e temos de ser nós todos a tentar contrariar esta situação pois esta situação traz graves prejuízos para as nossas populações.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para informar que com as chuvas destes dias surgiram algumas situações de terras que vêm para a estrada, nomeadamente na estrada de Lameira para Louriceira, em cima da ponte na estrada de Aboboreira/Chão de Codes e uma situação em Ribeira de Boas Eiras e no Pereiro, onde, sempre que chove vem a terra para as estradas. Refere que era importante dar uma limpeza às valetas, pelo menos das estradas principais, pois as mesmas encontram-se cheias de folhagens e caruma, também em consequência dos incêndios deste verão.

Relativamente à ponte pedonal na entrada de Mação, o piso encontra-se muito escorregadio tendo já lá caído uma pessoa.

--- O vogal João Luis Pereira apresentou a seguinte declaração:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo Senhor Presidente da Câmara, Senhor vice-Presidente, Senhores vereadores e membros da Assembleia Municipal. Desejos de um óptimo e cordial mandato 2017 a 2021, sucesso para todos.

Posto isto, quero dizer duas ou três notas. Vou utilizar algumas metáforas e não me crucifiquem por isso. A Junta de Freguesia de Envendos está doente e precisa de médico. Antes de dizer duas ou três coisas, queria pedir à bancada do Partido Socialista, se assim o entender, quando surgirem projectos de alguma envergadura ou não, para a Freguesia de Envendos, no mínimo, abstenham-se ou votem a favor. Em 2013 um casal de Envendos disse-me: João não voto na tua lista porque o PS votou contra a construção da minha casa, cuja construção se deve ao Vasco Estrela. Em 2017 voltou a acontecer uma situação idêntica. Espero que não haja uma terceira vez. Eu venho de

uma casa onde se pautava pelo rigor e profissionalismo. Ao longo destes quatro anos, de certeza, que vão surgir mais algumas obras e projectos para Envendos, porque eu fui eleito, para zelar pela Freguesia e seus fregueses, e em prol da Freguesia e do Município, estarei empenhado em contribuir para o bem-estar da população, e contarei sempre com o inestimável apoio da Câmara Municipal de Mação. Porventura alguns poderão pensar, João não te vergues, estão no seu direito, por isso é que existe democracia. Acredito e tenho fé (porque o diabo não anda nesta sala) que a cooperação que existiu no meu mandato 2009 a 2013 seguirá agora reforçada e fortalecida com dois Presidentes dinâmicos. O apoio da Câmara é inestimável e será sempre valorizado pelo presidente da Junta de Freguesia de Envendos. Enquanto eu liderar a Junta de Freguesia de Envendos, a Câmara para mim será sempre um parceiro e estou convicto, que desse lado terei a mesma reciprocidade. A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm a sua autonomia administrativa e financeira, os seus próprios orçamentos e Planos de Atividades, mas receberam um mandato para um compromisso comum, que é servir o interesse das populações que representam. O grande mérito das Juntas de Freguesia é apoiar o desenvolvimento e a coesão do território, trabalhando como uma só equipa que engloba a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Há aqui um valor que me faz mover e ganhar energia suficiente todos os dias, que me faz levantar às 6 da manhã, é o Dr. Vasco Estrela ser Presidente da Câmara Municipal de Mação, onde está inserida a Freguesia de Envendos com 92.86 K2, que me faz trabalhar para o Município e para a Freguesia e ninguém se atreve a desmentir a veracidade dos factos.

Posto isto, meus amigos a Freguesia de Envendos está muito doente, a Junta mais doente de todas as Freguesias, e, precisa de médico especialista, tem uma herança pesada, motorroçadoras avariadas, carrinha avariada sem embraiagem, outra carrinha toda batida, aspirador de folhas que teve um preço elevado e não funciona, lâmpadas das casas de banho públicas sem funcionar, projectores avariados, expediente de uma empresa de software a querer por a Junta em tribunal por falta de pagamento de um determinado montante em dívida, a chamada casa do médico por cima da extensão de saúde teve obras de valor elevado e cai constantemente água na extensão de saúde .etc etc e o mais grave sem dinheiro, e sem a linda menina, longe muito longe de estar concluída, precisa de um bom advogado. Entendam este documento, como uma reposição da verdade, e, não como uma acusação. Para a Junta actual, transitou de saldo apenas mil duzentos e oito euros, uma vez que o valor de dezasseis mil e duzentos euros entrados no dia quinze de Outubro de 2017 vindos do FEF, estão

alocados para fazer face às despesas de funcionamento dos três meses seguintes, assim solicito o empenho total e inigualável da CMM, na conclusão total da obra, não na 1º fase, porque nunca houve nem 1º nem 2º fase, e, à posteriori o apoio na manutenção e restantes operações de funcionamento. Acredito, que o poder autárquico instalado, e, em exercício, eleito democraticamente, no dia 01 de Outubro d 2017, jamais terá a coragem política de não conclusão total da obra. A Junta engravidou e ainda bem no dia 28 de Abril de 2017 e nasceu uma criança do sexo feminino com sete meses, e foi parar à incubadora, precisa de leite especial, médico especialista e enfermeira especialista etc., o que eu peço e espero que quando tiver nove meses, portanto daqui a dois meses, esteja numa situação normal, pronta a dar os primeiros passos, a tentar dizer papá e mamã, e para isso peço o empenho, a dedicação do Sr. Presidente da Câmara e Vice-Presidente e demais, para que daqui a dois meses, possamos todos dizer finalmente "linda menina de olhos azuis ", vamos finalmente fazer-te o baptismo e uma festa e inauguração de arromba e estarão todos convidados e diga-se: a Freguesia somos todos nós. Quero deixar uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. Vasco Estrela, ao Sr. Vice-Presidente Eng. António Louro, que se empenharam até ao ultimo minuto para que o baptismo da menina não fosse efectuado, naquela data, mas sim à posteriori, com todos envolvidos. Mandato anterior, dando o justo valor a quem iniciou a obra, o Presidente do actual mandato, a Câmara e população e essa proposta que me foi colocada por pessoas de bem foi sempre rejeitada, havendo até proposta para duas pias de baptismo para a menina, e houve sempre rejeição, e procedeu-se ao baptismo muito antes da menina sair da incubadora. Eu questiono: porquê? Porquê? A resposta fica no ar ou à vossa apreciação.”

---O vogal António Reis questiona a Câmara sobre a utilização de glifosatos, deixa a sugestão que a nossa Câmara seja inovadora e deixe de utilizar aquele pesticida na limpeza das ervas e recorra a outros métodos mais saudáveis para a população.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que foram recuperados os fontanários da freguesia de Carvoeiro, considera uma boa medida pois é uma forma de preservar a história e considera que, ao fazer essa preservação talvez não ficasse mal a colocação, em cada um deles, referindo a data de construção do referido fontanário, pois verificou que foi inscrito nos mesmos “CMM 2017” e, por acaso aqueles da sua aldeia foram construídos em 1964. Continua a sua intervenção referindo que tem conhecimento de um pedido de apoio do Centro de Dia de Carvoeiro para reconstrução do Centro de Dia antigo para Pousada de Juventude e questiona se o

problema de titularidade daquele edifício já está resolvido, pois em 2011 o mesmo estava em nome do Estado Português. Questiona se já foi entregue aos Bombeiros a verba das senhas de presença da sessão de setembro, conforme foi deliberado na altura.

Relativamente à intervenção do vogal João Luís Pereira, refere que conhece o caso que foi referida na declaração apresentada pois era vereador nessa altura e os vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta devido ao estudo e ao rigor que tinham nos assuntos que eram presentes na reunião e neste caso foi por considerarem que não estavam cumpridas todas as formalidades do licenciamento da urbanização em Envendos.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção respondendo ao vogal José Fernando Martins sobre a ponte pedonal, informa que também teve conhecimento da queda reportada pelo vogal e, para já será colocado um aviso de piso escorregadio até se encontrar uma solução para aquele problema.

Relativamente à intervenção do vogal João Luis Pereira, refere que o executivo tomou nota da mesma e dos problemas enunciados e, no que concerne à piscina, refere que a Assembleia Municipal do mandato anterior aprovou, por maioria, um protocolo celebrado entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Envendos e no mesmo estavam estabelecidos os contributos de ambas para a referida obra, ou seja, 70% da responsabilidade da Câmara e 30% da Junta de Freguesia e que a gestão do equipamento seria decidida mais tarde, entre as partes. Assim, o que tem para transmitir ao vogal João Luis Pereira é que, havendo necessidade de fazer mais alguma coisa para que a piscina fique concluída totalmente, a Câmara cá estará da mesma forma e com a mesma proporcionalidade, para contribuir com os 70% correspondentes e trará a esta Assembleia para que a mesma delibere sobre o assunto.

Relativamente aos outros problemas referidos na referida intervenção, refere que a Câmara estará disponível para colaborar e resolver os problemas mais urgentes, da mesma forma que está disponível para ajudar as outras cinco Juntas de Freguesia, sem qualquer diferença.

No que diz respeito à questão do edifício de Carvoeiro, colocada pelo vogal António Cardoso Lopes, o Sr. Presidente informou que a questão, na altura, foi entregue ao jurista da Câmara, que fez comunicações para a Direcção Geral do Tesouro mas não sabe se foi resolvido ou não pelo que irá informar-se pois a questão da titularidade do edifício é fundamental para qualquer obra que ali queiram fazer.

Termina referindo que, relativamente à urbanização de Envendos, pela intervenção do vogal António Cardoso Lopes, poderá ficar subentendido que só os vereadores do PS é que eram rigorosos nas suas análises, o que não é verdade e o que se passou é que a urbanização à entrada de Envendos, para ser licenciada carecia de investimentos que o promotor não estava disponível para fazer e a Câmara decidiu assumir a responsabilidade dos referidos investimentos, ficando proprietária da urbanização e permitindo assim a legalização das habitações. Mais informou que já foi vendido um lote em hasta pública e foi construída uma habitação, tendo a Câmara sido ressarcida de metade do investimento realizado.

--- O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à limpeza das valetas e estradas referidas pelo vogal José Fernando Martins, não poderá ser tudo feito muito rapidamente pois existem centenas de quilómetros de estradas que estão em área ardida e apesar dos serviços não terem parado desde os incêndios, é uma área muito extensa e os recursos são escassos. Para além disso, as intervenções de fundo estão nas candidaturas que foram apresentadas e só com a execução dessas candidaturas será possível ter essas intervenções mais pesadas no sentido de resolver definitivamente os problemas. Temos procurado limpar os aquedutos e tirar as árvores que estão em maior risco pois está incluído na candidatura a retirada de todas as árvores ardidas nos 15 metros da envolvente das estradas atingidas pelo fogo e, por isso os trabalhos que os serviços estão a realizar são de acção paliativa no sentido de reduzir o risco para as pessoas. Quanto às valetas, vai ser feita uma intervenção nos locais onde se concentrem mais folhas e caruma pois a utilização da niveladora neste momento não será uma boa decisão.

Quanto à questão do vogal António Reis e á utilização do glifosato, informa que este pesticida não foi usado nas zonas urbanas nos últimos dois anos, apesar de ser permitido pois há opiniões diferentes sobre este produto químico e quando é utilizado, fora das áreas urbanas, é feito com todos os cuidados necessários e dentro do estritamente permitido, por funcionário com formação adequada para o fazer.

Relativamente aos fontanários recuperados, mencionados pelo vogal António Cardoso Lopes, refere que os serviços tentam sempre manter o formato original mas a fonte referida estava desequilibrada e houve necessidade de uma pequena alteração. Relativamente às datas, o que é usual fazer é deixar a data que a fonte tiver, se não tiver data, então é inscrito numa lateral a data da recuperação, discretamente e terá sido o que aconteceu no caso referido.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de proposta sobre Comissão Municipal para o Rio Tejo.**

--- O vogal João Filipe apresentou a seguinte proposta:

“Como por certo estarão lembrados, em devido tempo, fui indicado por esta Assembleia Municipal, como elemento da Comissão Municipal para o Rio Tejo, para a representar no âmbito do grupo de trabalho criado na CIM do Médio Tejo, entidade que faz parte da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do rio Tejo, criada pelo Despacho do Ministro do Ambiente, Nº 11/MAMB, de 19 de Janeiro de 2016.

A criação desta Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do rio Tejo surgiu no seguimento das constantes agressões que o rio vinha sofrendo, com as descargas poluidoras efectuadas principalmente pelas indústrias situadas a montante da barragem de Belver, em Ortiga e que levaram mesmo a que as autarquias taganas e, muito em particular, a Câmara Municipal de Mação, requeressem ao Parlamento e fossem merecedoras da competente audição parlamentar, no decurso da qual foi possível mostrar aos senhores deputados da Comissão Parlamentar do Ambiente, a triste realidade do rio Tejo, enquanto ecossistema natural em grande e evidente risco.

Pelas piores razões o Tejo – o nosso Rio – continua na ordem do dia e quando digo ordem do dia, é-o literalmente.

É diária e constante a poluição que o assola, assim como e do mesmo modo, os caudais anómalos por muito reduzidos e inconstantes, que não garantem as condições ecológicas mínimas adequadas à vida natural e em particular às espécies piscícolas.

Estes factores, acrescidos da falta de conectividade do rio, são tremendamente agressivos a um Património Natural e Cultural que, vá-se lá saber porquê, interrogamos com alguma ironia, não viu reconhecida como de interesse, a sua Candidatura para Inscrição da Paisagem Cultural do Tejo Ibérico na Lista do Património Mundial da UNESCO, em processo que decorreu no presente ano de 2017, desenvolvida sob a égide da Tagus Universalis e o apoio da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Todos temos consciência de que os erros ambientais praticados ao longo dos últimos anos são evidentes nas suas consequências. As economias locais ribeirinhas, mais ligadas ao rio Tejo, estão em desespero, pois que a afluência das espécies piscícolas migradoras decresce por cada ano que passa.

Para esta preocupante realidade muito contribui a preocupante degradação do curso de água, originada pelos problemas que já referimos – poluição, falta de caudais ecológicos adequados e falta de conectividade.

O Tejo, com a mortandade de peixe, aos milhares de unidades e peso, que se tem verificado vítima da poluição, transformam-no num rio morto. Para lá deste desastre imediato e bem visível, outro vai acontecendo, como já referimos, não menos importante, quer no plano ambiental, quer no plano económico. Espécies como o sável, a saboga e a lampreia, entre outras estão seriamente ameaçadas por força da poluição, dos incertos caudais e de obstrução nas suas rotas de migração – por açudes, por barragens e por outras barreiras artificiais - e conseqüentemente pela dificuldade de alcançarem as suas áreas naturais de desova, as quais estão legalmente reconhecidas e se localizam a montante de Abrantes, entre a zona do Taínho e Ortiga.

Perante tamanho crime ambiental, “vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar” .

O Município de Mação, ao criar a Comissão Municipal para o Rio Tejo, em 2015, não só manifestou a sua preocupação com a saúde do rio e com tudo quanto o afecta, como dinamizou e participou, no âmbito da CIM do Médio Tejo, em processos de trabalho conjunto com as restantes autarquias taganas, cujos resultados foram considerados no Relatório Final da Comissão de Acompanhamento sobre Poluição no Rio Tejo, que havia sido nomeada pelo Ministro do Ambiente.

Contudo, porque os resultados desse trabalho, até hoje, não se reflectem a qualquer nível na melhoria da qualidade do rio Tejo, esta tem vindo mesmo é a agravar-se e porque a defesa do Tejo é causa tão nobre que envolve todas as comunidades taganas e muito em particular a comunidade maçaense, proponho que:

- Se proceda à recomposição da Comissão Municipal para o Rio Tejo, presente a composição dos Órgãos Municipais, saída das eleições de 01 de Outubro;
- Se pressione a CIM do Médio Tejo, no sentido de se adoptar estratégia de acção conjunta, por forma a corrigir-se o horrendo crime ambiental a que temos vindo a assistir e cujas nefastas consequências são incalculáveis, mas garantidas.”

O vogal João Filipe continua a sua intervenção referindo que esta Comissão funcionou pois esteve presente sempre que foi convocada e considera que se deve manter, mas

uma vez que esta Comissão é da responsabilidade desta Assembleia, se todos entenderem que seis elementos é muita gente, então a mesma poderá ser constituída por dois membros da Assembleia, um de cada bancada e um elemento da Câmara.

--- O vogal José António Almeida refere que a bancada do PSD considera que será melhor que a Comissão seja constituída por três elementos pois facilita muito em termos logísticos.

--- Foi deliberado por unanimidade que o membro da bancada do PS na Comissão seja o vogal João Filipe e o membro da bancada do PSD seja o vogal Vitor Agostinho.

---- O Sr. Presidente da Câmara refere que o elemento da Câmara será decidido em reunião de Câmara.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental relativa ao ano de 2017.**

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que as Câmaras têm obrigação de participar no capital social do Fundo de Apoio Municipal, criado para ajudar os municípios em dificuldades financeiras e pressupõe na sua regulamentação que haja apuramento de dividendos quando for esse o caso e é disso que se trata. Assim, a Câmara Municipal de Mação terá de incorporar no seu Orçamento uma receita de 409,91€ que não estavam previstos e daí esta Revisão Orçamental para incorporar este montante.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2018.**

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que considera os documentos apresentados suficientemente claros e explícitos relativamente áquilo que o executivo pretende fazer durante o próximo ano e, do ponto de vista do executivo é um documento adequado às necessidades do concelho e que é realista e exequível. Mais refere que o executivo vai tentar iniciar aquilo que será um ponto de honra neste mandato, que é o cumprimento dos compromissos assumidos para este concelho a quando da campanha eleitoral e que, obviamente, terá de guiar o executivo nestes quatro anos. Nesse sentido, começa com este Orçamento e com estas Opções do Plano e iniciar esse processo, que

é um processo contínuo. Não nos podemos esquecer que um Orçamento não é um documento estanque, que terá de ser adaptado à realidade e sofrem sempre diversas condicionantes. E, neste caso concreto deste primeiro Orçamento, condicionantes que resultam daquilo que nos aconteceu no verão com os valores que é expectável possamos vir a receber em termos das indemnizações pelas infraestruturas que foram destruídas pelos incêndios e das medidas de estabilização pós incêndios que, de alguma forma, condicionam, que mais não seja, em termos de valor, aquilo que é o valor global do Orçamento. Mas mais do que isso, condicionam em termos logísticos, o funcionamento da Câmara, em termos de disponibilidades de pessoas, de dispersão de energia e, obviamente, tudo isso terá repercussões ao nível do desempenho da Câmara. Mais refere que este é também um Orçamento e um Plano que será condicionado naquilo que diz respeito às verbas do Quadro Comunitário de Apoio. O executivo definiu para este mandato cinco objetivos principais, tão latos quanto possível e com a necessária abrangência para poder responder áquilo que o executivo entende que deve ser a ação da Câmara para estes anos:

- melhorar os apoios sociais em especial dos mais carenciados
- criar melhores condições para a atividade económica
- valorizar os nossos recursos
- aprofundar e valorizar o conhecimento, a educação e a cultura
- promover a participação cívica, em particular dos mais jovens

Para atingir estes objetivos o executivo entende que deve ter apostas mais efetivas em seis áreas:

- Inovação e Ação Social
- Educação e Cultura
- Empreendedorismo
- Floresta / Sistema Agroflorestal
- Valorização dos nossos recursos
- Reabilitação e manutenção de infraestruturas e Património

Continua a sua intervenção referindo que, como é obvio, a ação da Câmara Municipal de Mação vai sempre muito para além daquilo que são as suas competências mais estritas e, nesse sentido, não deixaremos também, durante o próximo ano de tentar ir até onde nos for possível para resolvermos questões, problemas, situações que vão surgindo e que a ação da Câmara seja determinante. Mais refere que este executivo terá de ser rigoroso, competente e sério mas também terão de ter alguma sorte para que as coisas

corram bem. Continua, referindo que quer deixar um compromisso de que a ação desta autarquia, nestes quatro anos será pautada por uma total abertura para que possamos receber os contributos de todos aqueles que entenderem que a sua opinião e as suas ideias possam ser importantes para o executivo municipal e para o desenvolvimento do nosso concelho. Considera que o trabalho que este executivo tem pela frente é um trabalho de todos, já o era anteriormente, antes de julho e a partir de julho e de agosto de este ano será ainda mais e por isso apela ao contributo de todos.

Relativamente às áreas de intervenção:

-Na Inovação e Ação Social destaca a manutenção dos apoios sociais existentes e, se possível, algum aprofundamento, nomeadamente na questão dos medicamentos para os mais carenciados. O início da construção do Centro de Atividades Ocupacionais no antigo quartel dos Bombeiros e também algo para que temos de estar preparados e que tem a ver com a diversificação social e com aquilo que este terceiro sector irá representar no futuro do País.

- Na Educação e Cultura, o apoio incedível ao Agrupamento de Escolas, conforme tem sido hábito da Câmara e não deixaremos de estar ao lado do Agrupamento para aquilo que for necessário fazer, dentro daquelas regras que têm sido habituais de tentarmos em conjunto, resolver os problemas. Refere que o núcleo museológico de Ortiga tem o seu projeto concluído e, se tudo correr bem, avançará durante o próximo ano. Também a obra de requalificação do Cine Teatro de Mação terá o seu início no próximo ano.

- Relativamente ao Empreendedorismo, refere que o executivo terá de ter aqui uma atenção especial, fazer a sua parte, disponibilizar os seus meios e a sua competência pois temos, neste momento, um desafio grande pela frente que é a dinamização do Centro de Negócios e Ninho de Empresas que representou um grande investimento por parte desta autarquia e que importa agora não desperdiçar. Mais refere que este executivo tem uma ambição de estimular o comércio local com uma iniciativa “ Com Mação” que será um conjunto de incentivos para que as pessoas possam também fazer as suas compras no comércio local.

- Na área da Floresta e Sistema Agroflorestal o executivo continuará a aposta nas Zonas de Intervenção Florestal, tentando incentivar e dinamizar e, tendo em consideração o novo enquadramento legal em que as autarquias podem fazer parte das ZIF's, avaliar esta possibilidade, tendo em conta um conjunto de variáveis que terão de ser tidas em conta. A floresta, no concelho de Mação faz parte das nossas raízes, do nosso passado e terá de ser sempre uma aposta no futuro.

- No que diz respeito à Valorização dos nossos recursos, é considerado um conjunto de recursos, que felizmente Mação tem no património, na cultura, na paisagem, as nossas associações e o nosso potencial turístico. Considera que é necessário fazer uma visão integrada desta matéria, e perceber como é que, em cada um dos locais e no concelho, como um todo, se consegue conjugar uma série de boas vontades e trabalhar em conjunto para a valorização destes mesmos recursos. Refere a requalificação das margens do Rio Tejo, uma candidatura que até final deste mês terá uma nova avaliação. A Agenda Concelhia entre a Câmara e as associações do concelho para tentarmos de alguma forma que não haja sobreposições de iniciativas e que, dentro do possível, as pessoas possam saber o que vai acontecer no concelho com uma distância de três ou quatro meses.

- Na Reabilitação e manutenção de infraestruturas e Património, a rede viária e os arruamentos são uma preocupação diária desta autarquia e também a construção do espaço do cidadão em Cardigos. Temos também uma atenção especial aos nossos serviços e à modernização dos mesmos para uma melhor prestação dos serviços aos nossos munícipes.

Relativamente ao Orçamento propriamente dito, o executivo prevê para este ano de 2018, um Orçamento de 12.434.765,00€ que representa um aumento de 6,3%, relativamente ao ano anterior, mas apesar deste Orçamento, em grande parte das rubricas, está muito em linha com o que foi o Orçamento do ano passado.

Mais refere que este Orçamento poderia ser bem mais elevado mas o que estamos a prever fazer relativamente às medidas de estabilização de incêndios e para a reabilitação das infraestruturas afetadas pelos incêndios é de cerca de 2.000.000,00€, enquanto as nossas candidaturas têm um valor de cerca de 5.000.000,00€. Aquilo que quer transmitir de forma clara é que não houve empolamento em termos do Orçamento deste executivo e, portanto, este aumento é perfeitamente e normal face ao que são as nossas disponibilidades e as nossas expectativas. Em relação às despesas correntes verifica-se um aumento nas despesas com pessoal, o que é normal e menos despesa na aquisição de bens e menos transferências correntes. Nas despesas de capital verifica-se um aumento de bens de capital e mais transferências de capital, reflexo do apoio mais direto às associações e apoio às Juntas de Freguesia. Verifica-se um aumento nas despesas de capital na casa dos 600.000,00€ em relação a 2017 e na despesa corrente temos um aumento de cerca de 100.000,00€, verificando-se uma estabilização das despesas correntes. Na receita corrente há uma diminuição relativamente ao que foi

previsto para 2017 e em relação à receita de capital temos uma previsão de recebermos mais cerca de 900.000,00€ do que recebemos em 2017.

Considera que este é um Orçamento que respeita as normas legais em vigor, vai ter alterações durante o ano pois foi aprovado pela Câmara um empréstimo de curto prazo que, a ser aprovado na próxima Assembleia terá de ser incorporado no Orçamento, bem como será também incorporado, em Abril o saldo de gerência deste ano.

Deixa uma nota de compromisso daquilo que é para este executivo essencial que são as pessoas e, portanto, a Câmara Municipal de Mação vai continuar a tentar responder às necessidades imediatas das pessoas aos mais variados níveis.

Termina deixando uma palavra às associações do concelho que muito têm ajudado este concelho ao longo dos anos e continuaremos a ser uns parceiros ativos na prossecução dos seus objetivos e também uma palavra para as Juntas de Freguesia e para os Srs Presidentes das Juntas de Freguesia, referindo que a Câmara estará sempre presente para ajudar, dentro do possível, as Juntas a fazerem o seu trabalho, com respeito integral pela separação de competências que existe em cada um dos órgãos.

Estaremos sempre disponíveis para trabalhar em prol do nosso concelho.

--- O vogal José António Almeida intervém para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela apresentação do documento. Mais refere que as palavras que utilizou para descrever o documento, realista, exequível e que tenta cumprir os compromissos assumidos, ou seja, não quer defraudar as expectativas das pessoas, é realista porque não é megalómano e é perfeitamente exequível. Mais refere que tudo leva a crer que quando estivermos aqui a fazer uma análise sobre as taxas de execução, as mesmas serão perfeitamente significativas. Refere ainda que este Orçamento concretiza três opções muito claras deste executivo, e que, para a bancada do PSD são as emblemáticas do Concelho de Mação e as mais necessárias ao nosso concelho:

- a Ação Social
- o Conhecimento, e não há sociedade que possa viver sem conhecimento.
- o Desenvolvimento Económico e Qualidade de Vida

Termina referindo que será muito difícil encontrar defeitos neste Orçamento e Plano que permita a alguém votar contra o mesmo.

--- O vogal António Reis intervém para referir que considera o Orçamento realista conforme foi dito pelo Sr. Presidente, desconhecia a existência de algumas candidaturas e projetos. Mais refere que este é um documento muito semelhante a documentos de anos anteriores, não verifica no mesmo, alterações visíveis. Refere ainda que no apoio

social, o concelho de Mação está razoavelmente bem servido mas considera que a Câmara poderia ir um bocadinho mais à frente, pois temos um concelho envelhecido e neste momento ainda mais pobre após os incêndios deste verão, em que muitos idosos ficaram ainda com mais dificuldades.

Refere que esteve de acordo com tudo o que foi feito na área da prevenção florestal mas, afinal não foi suficiente para estes incêndios. Considera que seria importante a Câmara ir um pouco mais além e finalizar as circulares de segurança às aldeias, que considera ser importante. Considera que seria importante também que a Câmara tivesse o Plano de Emergência Municipal que não tem. Considera ainda que seria bom dotar as povoações com geradores para que nunca falte a eletricidade durante um incêndio, a eletricidade é fundamental nestes casos.

Relativamente aos números do Orçamento, refere que não viu muitas alterações em relação ao anterior mas lamenta que a verba para arruamentos seja inferior à do ano passado e não aparece discriminado quais são os que vão ser intervencionados e gostaria que isso fosse uma realidade.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que este Orçamento foi feito mais numa base da execução do ano anterior e considera que isso bem feito pois ao saber o que se gastou e recebeu pode-se prever o que se vai gastar e receber e isto contrasta com alguns Orçamentos de anos anteriores em que havia verbas elevadíssimas em algumas rubricas e depois a execução era muito fraca.

Refere que a posição da bancada do Partido Socialista quanto a este Orçamento, e até porque estamos em início de mandato, é abstenção. Mais refere que o Vereador do Partido Socialista votou contra o Orçamento, na Câmara e considera válidos os motivos por ele apresentado e também suportariam um voto contra mas foi decidido pela bancada que o sentido de voto da mesma seria a abstenção, no sentido de dar ao executivo uma indicação de que somos colaboradores e ficamos na expectativa do que se irá passar no próximo ano, se apresentarmos propostas, se as mesmas serão incluídas.

--- O Sr. Presidente intervém para referir que, relativamente à questão do vogal António Reis sobre os idosos, a Câmara tem tido uma atenção particular nesta área e até mesmo em relação à Saúde, relembra que a Câmara cedeu duas viaturas ao Centro de Saúde no ano passado, uma paga integralmente pela Câmara e a outra comparticipada, para os técnicos de saúde poderem fazer o trabalho deles junto das populações. Mais refere que fomos pioneiros no transporte a pedido. Não é a solução dos problemas mas são contributos e, além disso a Câmara está disponível para ir mais além nesta área e está

no programa eleitoral deste executivo o apoio nos medicamentos dos idosos que será feito através de uma associação que trata destes assuntos e à qual a Câmara se vai associar.

Relativamente aos incêndios refere que, da parte da Câmara, pouco mais haveria a fazer, felizmente não faleceu ninguém no nosso concelho, fruto do trabalho de muita gente e isso também pode ter a ver com algum do trabalho que foi feito, algumas aldeias tinham circulares de proteção, quase todas as aldeias tinham as motobombas disponibilizadas pela Câmara e que muito ajudaram as pessoas. Relativamente ao Plano de Emergência, refere que o mesmo elenca uma série de medidas que devem ser feitas em caso de emergência e todas foram tidas em conta, as reuniões ocorreram e tudo foi feito e não foi por falta do Plano de Emergência que alguém ficou sem socorro, sem comer ou que ardeu mais uma árvore no Concelho de Mação. Refere ainda que nunca está tudo feito e possivelmente poderia ter tomado decisões diferentes das que tomou mas nunca em relação à evacuação das pessoas pois apesar de algumas pessoas não terem gostado, não houve vítimas mortais. Considera importante acabar as circulares de segurança e a Câmara tem de fazer esse trabalho. Concorda com o vogal António Reis no que diz respeito à eletricidade nas povoações e considera que deveria ser disponibilizados geradores nos sítios mais críticos.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com cinco abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: 5) **Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2018.**

--- O Sr. Presidente refere que este Mapa de Pessoal prevê a abertura de três lugares para o próximo ano, um para o Gabinete de Comunicação a termo certo e dois lugares a termo incerto para os serviços de obras, nomeadamente no que diz respeito a motorista de máquinas e transportes e infraestruturas municipais e rede viária.

Termina referindo que o Quadro de Pessoal tem 177 funcionários e tem vindo a diminuir ano após ano.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas e Mapa correspondente.**

--- O Sr. Presidente intervém para referir que este Plano de Prevenção de Riscos de Gestão é um instrumento obrigatório que a Câmara de Mação tem mas que estava desatualizado e que terá de ser enviado para o Tribunal de Contas para validação. Mais refere que este documento, basicamente, identifica um conjunto de situações passíveis de haver alguma ocorrência de ilegalidade ou procedimentos mal executados e é um documento que tenta prevenir tudo aquilo que são maus procedimentos que uma autarquia pode ter, identifica as áreas, identifica aos responsáveis, identifica os riscos, identifica a forma de os contrariar e os timings em que deve haver uma implementação de medidas. É um documento obrigatório e a Câmara deve cumpri-lo de forma a melhorar os procedimentos.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----